

Evasão em cursos de licenciatura: perfil do evadido e fatores intervenientes no fenômeno

Resumo

O presente artigo é parte integrante de minha dissertação de mestrado¹. O objetivo do estudo foi determinar os fatores intervenientes na constituição do fenômeno da evasão a partir do perfil dos alunos evadidos em cursos de licenciatura. Ao mesmo tempo analisou as características que diferenciam os perfis de evadidos por áreas de conhecimento designadas como: humanas, da saúde, de comunicação e tecnológicas. A metodologia empregada foi a de um estudo quantitativo com estudo de coorte, com a utilização de análise estatística de dados bivariada e multivariada de regressão logística. A coleta dos dados ocorreu de forma censitária, em fonte secundária. Os resultados da pesquisa mostraram que existem diferentes fatores intervenientes no fenômeno da evasão. De modo geral esses fatores foram classificados em quatro grupos: econômicos, de desempenho, fatores sociais e de escolha do curso. Quando analisadas as respostas individuais os fatores determinantes para a evasão são: a área do curso; o curso escolhido; a quantidade de créditos já concluídos; receber bolsa ProUni; a quantidade de aprovações no decorrer do curso; receber algum tipo de ajuda financeira e a quantidade média de disciplinas matriculadas por semestre .

Palavras-chave: Evasão, Política Pública, Licenciatura, Regressão Logística.

Ricardo Ferreira Vitelli

Universidade do vale do Rio dos Sinos
vitelli@unisin.br

¹ Este texto compõe também a produção do edital 38/2010, Programa Observatório de Educação INEP/CAPES, Núcleo em Rede, projeto OE nº 44, Indicadores de Qualidade e Gestão Democrática.

Introdução

A evasão é um processo de abandono voluntário ou forçado do estudante de um curso, uma disciplina, uma instituição de ensino ou mesmo do sistema educacional. Como resultado pode ter influências positivas (encontro de uma nova adequação às suas competências) ou negativas (impossibilidade de seguir seus estudos) envolvendo circunstâncias internas ou externas, podendo ser transitória ou permanente. O foco dessa pesquisa é a evasão em nível de curso.

Com isso, o conceito de evasão depende da granularidade e da temporalidade da informação a ser pesquisada. A instituição onde foi realizada a minha pesquisa designa um discente como sendo evadido do curso quando está há pelo menos seis semestres consecutivos sem matrícula (temporalidade), constituindo então na perda da vaga obtida. Neste estudo essa foi a definição adotada para caracterizar a evasão na população pesquisada. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) conceitua evasão do curso como sendo: “saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa” (BRASIL, 1997, p. 19). Nessa definição não explicita temporalidade, uma vez que as movimentações do aluno no sistema educacional geram momentos de interrupção e de retorno aos cursos.

Estudos sobre a evasão no Ensino Superior relacionam duas formas de mensurá-la, a imediata, considerando a taxa de não rematrícula no período seguinte e a geral, considerando quem abandonou o curso no decorrer da sua vida escolar, não obtendo diplomação no período de tempo estabelecido. A segunda concepção é obtida com a utilização de um estudo de Coorte, onde se acompanha um determinado conjunto de ingressantes, em um período de tempo (tempo de diplomação).

Ao focar a evasão em cursos de licenciatura analisei uma realidade preocupante, pois ela interfere na consecução das políticas públicas de acesso dos estudantes ao sistema educacional, com a ampliação do acesso dos estudantes, e consequente necessidade de formação de professores para o atendimento dessa demanda, a evasão é um fator que contribui de forma a dificultar a concretização dessa política. Os esforços de inclusão barram na pouca geração de docentes para atuarem em todos os níveis educacionais. A evasão acontece por vários fatores, que vão desde “as repetências su-

cessivas nos primeiros anos, até a falta de recursos para os alunos se manterem, mesmo em uma universidade pública” (RUIZ; RAMOS; HINGEL, 2007, p. 11).

Nesse artigo começo analisando as políticas públicas e suas intencionalidades, de modo a contribuir para a continuidade dos estudantes nos cursos de graduação, em especial destaque às licenciaturas. No segundo momento contextualizo minha trajetória metodológica para a constituição do estudo. No terceiro momento apresento e discuto os principais resultados encontrados, gerais e segmentados. E finalizo problematizando uma discussão sobre o tema.

Políticas públicas

No Brasil poucas são as políticas públicas que revelam a preocupação com a problemática da evasão escolar, no entanto, a partir do estabelecimento de indicadores de *qualidade*² para a educação se deu mais visibilidade a este fato. As políticas educacionais continuam sendo constituídas sem uma discussão mais ampla sobre as necessidades dos atores envolvidos nesse processo, apesar de se anunciarem como democráticas. Alguns programas de apoio e de oferta de bolsas surgiram, principalmente nas décadas de 1990 e de 2000. Estes programas atendiam a necessidades das instituições de ensino públicas, mas que de certa forma acabaram impactando nas instituições privadas. Esse aspecto abre um espaço de discussão do que é público e o que é privado, borrando-se as fronteiras desses limites.

Muitos segmentos da população têm sido alvo de políticas de inclusão social ou mesmo de ampliação de vagas no sistema educacional superior no Brasil. As políticas são apresentadas como solução para a redução das desigualdades sociais. Nesse contexto se consolidam concepções de ações afirmativas. Assim como ocorreu nos Estados Unidos, essas políticas se apresentam como um caminho para atingir o princípio da igualdade entre os homens, pelo mérito. Dias Sobrinho e Brito (2008) destacam a necessidade de uma política atrelada ao acesso que garanta a continuidade dos estudantes no sistema, principalmente os mais pobres.

² Grifo do autor.

Las carencias económicas son también una de las causas del índice elevado de abandono, alrededor del 40%. Por esto, la democratización de la educación superior brasileña, más allá de políticas efectivas de acceso que beneficien, en especial, los grupos tradicionalmente relegados, necesita impartir medidas sostenibles de permanencia, que permitan que los estudiantes se gradúen con calidad y puedan acceder a puestos de trabajo acordes con su formación. (DIAS SOBRINHO; BRITO, 2008, p. 494).

No caso das políticas com interferência direta nas instituições de Ensino Superior privadas a política do Programa Universidade para Todos (ProUni) facilitou a ocupação e o preenchimento de vagas por estudantes de baixa renda, concedendo bolsas de estudo, com financiamento público. Ainda assim, com o recebimento de bolsas, não há garantia de permanência do estudante na instituição. Os cursos de licenciatura têm sofrido mais do que outros cursos de graduação pela falta de verbas e de infraestrutura para seu funcionamento de maneira adequada, pois ainda têm que levar em conta a desmotivação de professores e estudantes frente à situação de desprestígio social e desvalorização econômica da carreira do magistério.

O MEC tem referenciado em suas falas e atuações o desenvolvimento de políticas de formação, profissionalização e valorização docente com o objetivo de garantir um padrão de qualidade na formação de professores. Essa formação superior tem sido direcionada à democratização do acesso, da permanência e da gestão desse nível de ensino como caminho para a formação e profissionalização (MEC, 2005, p. 33).

Outras políticas educacionais apontam para a facilidade de acesso, o ProUni, prevê a ocupação de vagas ociosas em universidades privadas; o Programa Consolidação das Licenciaturas (ProDocência), busca favorecer a integração entre a Educação Superior e Básica, por meio de cursos de formação de professores; o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), para financiamento dos estudos de estudantes carentes, além do Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), cujo foco é a formação inicial de professores para o Ensino Médio e busca articular o Ensino Superior e Médio. Todas estas ações se apresentam como Programas que vão atuar na facilidade de acesso e de uma busca da permanência dos estudantes no Ensino Superior. Grande parte dessas

políticas atuam diretamente entre os fatores que os estudos sobre evasão definem como intervenientes.

Poucas políticas direcionadas à Educação Superior fazem distinção das Licenciaturas como um caso a parte, sendo assim elas se beneficiam das políticas gerais para os cursos de graduação. Ainda que sejam merecedoras de uma consideração diferenciada em função da importância da formação desses profissionais para o sistema educacional. Fatores externos ao processo pedagógico vêm prejudicando a formação inicial e continuada dos professores no país, destacando-se os baixos salários e a precariedade do trabalho escolar. O desestímulo dos jovens à escolha do magistério como profissão e a desmotivação dos professores em exercício para buscar aprimoramento profissional são consequência, sobretudo, das más condições de trabalho, dos salários pouco atraentes, da impossibilidade de lidar com as diferentes funções que a escola e a sala de aula têm assumido nos últimos anos, da jornada de trabalho excessiva e muitas vezes da inexistência de um plano de carreira.

Contextualização metodológica

A construção do delineamento da pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo quantitativo. A definição da estratégia desenvolvida foi estruturada a partir da concepção de um estudo realizado com um levantamento de dados censitários. Os dados utilizados na pesquisa foram oriundos de fontes secundárias, nesse tipo de fonte os dados são previamente coletados para outros propósitos que não a resolução do problema específico do estudo (AAKER; KUMAR; DAY, 2001, p. 130). Por esse motivo, a escolha do que deve ser considerado é de responsabilidade do pesquisador.

Para a temporalidade dos dados foi realizado um estudo de Coorte ao longo de um período de quatro anos, que corresponde ao tempo médio de formação dos cursos de licenciatura da instituição de ensino pesquisada. Um estudo de Coorte consiste em “levantamentos realizados a intervalo de tempos apropriados, onde o Coorte serve como uma unidade básica de análise. Coorte é um grupo de entrevistados que experimentam o mesmo evento no mesmo intervalo de tempo” (MALHOTRA, 2001, p. 110). Para Babbie

(1999) este tipo de estudo avalia tendências baseadas na descrição de uma população, ao longo do tempo. Nessa pesquisa foram acompanhados alunos ingressantes nos cursos de licenciatura, nas mais diversas formas de ingresso, nos anos de 2007 até 2011, para poder ter resultados de um ciclo completo de estudantes. A técnica quantitativa utilizada para a análise de dados, em função de haver mais de duas variáveis independentes, foi a análise multivariada de dados onde se estabeleceu uma combinação linear de variáveis com pesos empiricamente determinados. As variáveis foram especificadas por mim, sendo os pesos determinados pela técnica utilizada para se analisar os resultados da coleta das variáveis. Esse tipo de técnica “refere-se a um conjunto de métodos estatísticos que torna possível a análise simultânea de medidas múltiplas para cada indivíduo, objeto ou fenômeno observado” (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2007, p. 2). A Análise utilizada foi a técnica de Análise de Regressão Logística. A opção pelo uso da Regressão Logística, como um tipo de Análise Multivariada, foi escolhida pela inclusão de uma variável qualitativa categórica dicotômica³ e essa técnica “destina-se a aferir a probabilidade de ocorrência de um evento e identificar características dos elementos pertencentes a cada grupo determinado pela variável categórica” (FÁVERO et al, 2009, p. 441). Esse tipo de técnica não confere uma solução determinística, ou seja, mesmo o estudante tendo todas as características que o definem como potencial evadido não significa que esse fato ocorra, pois existe a possibilidade de o estudante superar suas dificuldades.

Resultados do estudo

O levantamento dos dados foi concretizado com informações de 1.027 estudantes, ingressantes, em cursos de licenciatura, no ano de 2007, por todas as formas de ingresso. O percentual da evasão obtido, considerando a concepção de evasão de seis semestres consecutivos sem matrícula, independente de curso, foi de 65,73%, ou seja, de cada 100 estudantes ingressantes em cursos de licenciatura em 2007, aproximadamente 66 se evadiram dos cursos, não concluindo os mesmos.

³ Uma variável é classificada como dicotômica quanto tem apenas duas alternativas de resposta, no caso Evadido ou Não Evadido do curso.

Apesar de a instituição desenvolver um esforço de captação e de acesso de estudantes ao Ensino Superior não é suficiente para que eles se mantenham. Esse resultado aponta para um grande questionamento, por que isso acontece? Argumentações diferenciadas são apresentadas, dependendo dos públicos pesquisados, das metodologias empregadas, das realidades analisadas, da temporalidade de coleta dos dados ou, ainda, da granularidade da informação.

As variáveis estabelecidas para identificar os fatores intervenientes na evasão foram segmentadas em grupos descritos a seguir. No conjunto de variáveis classificadas como fator econômico inclui a média de atividades matriculadas no semestre (quanto menor a média, maior a taxa de evasão); inadimplência no período (atraso no pagamento ou não pagamento das mensalidades interferem na taxa de evasão, aumentando a chance de o estudante se evadir) e o não recebimento de ajuda financeira aumenta a chance de o estudante se evadir. Neste aspecto a taxa de evasão é maior entre aqueles que não recebem bolsas ou benefícios do que entre os que recebem.

Com relação aos fatores de desempenho acadêmico dos estudantes foram incluídas variáveis de média de desempenho no vestibular (quanto menor a média maior a taxa de evasão); reprovações (muitas reprovações no período aumentam a chance de evasão); média de desempenho nas disciplinas (quanto menor a média maior a taxa de evasão) e a evasão da disciplina (não conclusão da disciplina). Nesse último caso a evasão acontece quando o aluno cancela sua matrícula na atividade, fica sem frequência ao final do período letivo, desistindo de continuar na atividade não comparece mais às aulas, ainda que não tenha excesso de faltas.

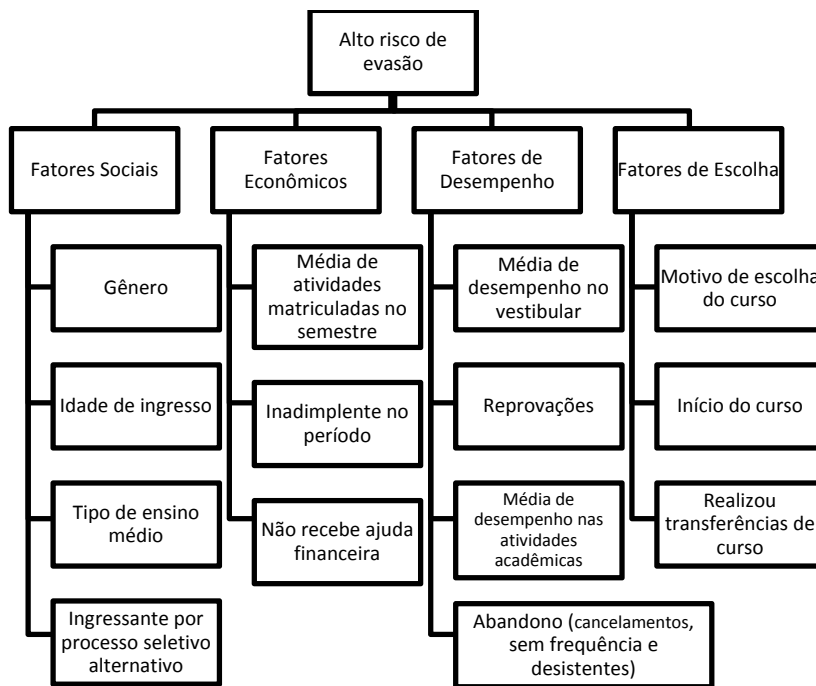
A opção pelo curso é uma informação obtida do questionamento feito na inscrição do vestibular sobre o motivo de escolha do mesmo (a opção pela oportunidade de mercado de trabalho ou a possibilidade de contribuir com a sociedade revelam estudantes que apresentam maiores percentuais de evasão); o início do curso, ou seja, alunos de semestres iniciais ou que tenham concluído poucos créditos têm maiores percentuais de evasão. A escolha muitas vezes se revela no primeiro contato do aluno com o curso e ele verifica que sua expectativa em relação ao curso não se concretiza. Por fim, a realização de transferências internas, indica uma indefinição sobre a escolha, alguns

desses estudantes acabam passando de um curso para outro até optarem pela evasão da instituição.

O modelo que estabelece os fatores de maior risco de evasão não é determinístico, uma vez que reflete uma chance ou probabilidade de ocorrência do fenômeno, com isso, ainda que um aluno tenha as características que o coloca em situação de provável evasão esse fato pode não ocorrer.

Delineando o perfil de potencial aluno evadido, por meio das variáveis que denotam maior propensão a evasão, foi possível consolidar um conjunto de razões mais amplas a partir dos resultados específicos, conforme apresenta a figura 1. As variáveis de maior risco de evasão foram agrupadas por uma natureza, segundo minha concepção. Nessa figura são destacadas as variáveis identificadas a partir da análise estatística bivariada de dados. Nesse procedimento os estudantes são avaliados a partir de sua condição (evadido ou não do curso) e suas características de perfil. Em tabelas cruzadas estes dados destacam onde existe diferença significativa entre a característica pesquisada e a condição do estudante. Por exemplo: se a proporção de evadidos do sexo feminino é significativamente menor do que a proporção de evadidos do sexo masculino a variável gênero passa a ser um possível fator interveniente no fenômeno da evasão. Esse procedimento foi desenvolvido com todas as 29 variáveis propostas no estudo. Com isso, na figura a seguir aparecem apenas as variáveis onde havia diferença significativa.

Figura 1: Resumo das variáveis que apresentam maior risco de evasão, por fatores.



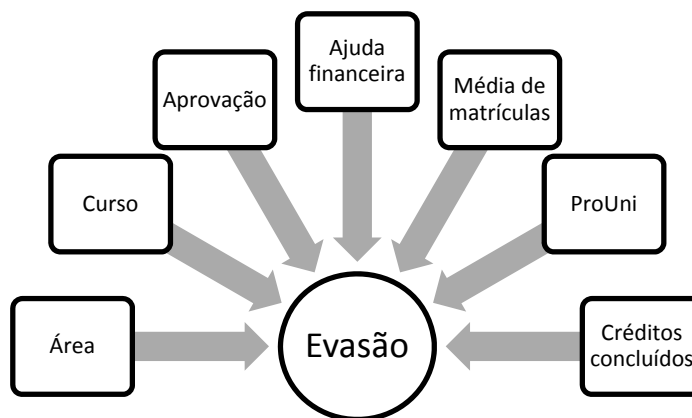
Fonte: Elaborada pelo autor.

Nos resultados globais também foi utilizada a Regressão Logística considerando todos os cursos de licenciatura pesquisados como um único conjunto de dados. A variável resposta do estudo foi: Evadido (seis semestres seguidos sem matrícula no curso o que caracteriza, para a instituição pesquisada, um aluno evadido do mesmo) e Não evadido. As 29 variáveis independentes utilizadas na análise bivariada foram também utilizadas para a construção do modelo logístico.

Os resultados da pesquisa mostraram que a condição de estudante com bolsa ProUni revela uma política pública que contribui para o combate a evasão, na medida em que a evasão é menor quando o aluno tem a bolsa do que quando não possui. Outro aspecto que se configurou como interveniente no fenômeno da evasão foi o curso no qual o aluno está matriculado. Como existem diferentes níveis de evasão por curso esse fato indica maior possibilidade de evasão em determinados cursos do que outros. Na figura 2 sintetizo as variáveis que passam a ser intervenientes no fenômeno da evasão, ainda que isoladamente não sejam significativas, mas ao aplicar o modelo de Regressão

Logística suas inter-relações passam a contribuir para a concretização do fenômeno. O modelo apresenta uma combinação linear de variáveis e de suas contribuições na variável resposta (aluno se evade ou não). Com isso o modelo identificou sete variáveis com probabilidade de predição sobre a evasão de cursos de licenciatura.

Figura 1: Fatores intervenientes na evasão.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A avaliação dos fatores intervenientes no fenômeno da evasão mostrou resultados com algumas diferenças entre as variáveis destacadas. A análise multivariada leva em consideração também as interações entre duas ou mais variáveis para identificá-las como intervenientes no fenômeno.

Resultados por segmentos

A segmentação dos resultados foi feita por meio de um agrupamento dos cursos de licenciatura por áreas afins. Dessa forma, o agrupamento da área Humana incluiu os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia. A área da Saúde com os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física e Enfermagem. A área Exata e Tecnológica com os cursos de Física e Matemática e, a área de Comunicação, com o curso de Letras e todas as suas habilitações.

No agrupamento desses cursos houve a intencionalidade de analisar as licenciaturas segmentadas por áreas de conhecimento, uma vez que a impossibilidade de se buscar diferenças por curso de licenciatura aconteceu em função de alguns cursos terem uma quantidade de ingressantes sem expressividade numérica, necessária para o desenvolvimento de uma análise estatística.

Segmentando os resultados por área de conhecimento verifico que não existem diferenças significativas nos percentuais de evasão. Apesar disso, as características de evasão por área são mais bem entendidas a partir do cruzamento de informações. Em função desse fato destaco as variáveis presentes na figura 1, como sendo a base para a identificação de diferenças de perfil entre os alunos, por área de conhecimento. Considerando as áreas, isoladamente, as características que diferenciam os evadidos podem ser sintetizadas da seguinte forma:

Na área de Comunicação os alunos evadidos são predominantemente do gênero feminino; a forma de ingresso no curso é feita principalmente via vestibular; têm uma média de créditos matriculados por semestre maior que os de outras áreas; ingressam nos cursos da área com a concepção de poderem contribuir mais com a sociedade e se evadem mais adiante no curso, demoram mais para tomar a decisão, pois a evasão acontece com uma média maior de créditos já concluídos.

Nos cursos da área Exata e tecnológica são principalmente oriundos de escolas privadas; ingressam no curso principalmente por processo vestibular; ficam inadimplentes em alguns períodos de percurso na vida acadêmica; são dependentes de algum tipo de auxílio financeiro; obtêm mais reprovações no percurso do que os de outras áreas; têm a expectativa de poderem contribuir com a sociedade e, por esse motivo, ingressam no curso e também entendem que a sua escolha pelo curso está relacionada às suas aptidões. De modo geral foi destacado o fato de que repetidas reprovações têm contribuído para a construção do fenômeno da evasão, de modo mais intenso esse fato aparece como determinante no perfil do evadido nessa área do conhecimento.

Na área Humana o perfil de evadido é diferenciado das demais áreas por se caracterizar com um ingresso de alunos mais velhos; realizam transferência externa como uma forma de ingresso no curso e acreditam que sua escolha pelo curso seja relacionada à possibilidade de realização pessoal. De modo geral, poucas foram as características que os diferenciaram dos evadidos de outras áreas do conhecimento.

Por fim, a área da Saúde apresentou um conjunto de características que diferem seus alunos evadidos por fatores tais como: ingresso no curso mais jovem do que os demais; são principalmente de escolas públicas; transferem-se menos entre cursos; também têm, como na área Exata, um grande percentual de reprovações em atividades acadêmicas; desistem muito pouco das atividades matriculadas e são alunos que evadem com poucos créditos concluídos, ou seja, saem mais no início do curso do que os demais.

De modo geral, cada área do conhecimento tem suas particularidades que fazem com que as ações de combate à evasão devam ser de caráter mais específico e menos institucional. Assim como acredito que seja o caminho mais adequado das políticas públicas que buscam, principalmente, uma abrangência do sistema como um todo, sem levar em consideração as particularidades de cada região, comunidade, instituição e perfil de público atendido. Dessa forma, sua chance de sucesso tende a ser menos efetiva, à medida que busca atender a demandas sociais gerais constituindo uma concepção de educação homogeneizada. Principalmente no que se refere ao processo de evasão, pois é importante se ter clareza sobre sua natureza multicausal.

Considerações finais

A atuação das políticas públicas sobre a evasão, levando em consideração os fatores intervenientes pontados pelo estudo foi eficiente em alguns casos e, em outros, não conseguiu atingir o que se propuseram. Grande parte das políticas públicas, a partir da década de 1990, buscou atender, principalmente, a uma demanda de ingresso no Ensino Superior. As políticas públicas educacionais precisam considerar mais a necessidade de articulação com as políticas públicas de outras áreas, para não ignorar aspectos intervenientes no fenômeno da evasão, que são externos ao sistema

educacional. Condições de vida dos estudantes, assim como aspectos culturais e econômicos, sendo consideradas no rol de políticas públicas aumentam as possibilidades de atingimento de melhores resultados sobre o fenômeno da evasão.

Outro aspecto relevante na condução da formulação das políticas públicas é o viés da inclusão. Com isso, surge um leque de políticas de Ações Afirmativas que visam a democratização do acesso à educação. No entanto grande parte da inclusão não é suficiente para que o estudante continue no sistema. Além desse fato, as políticas educacionais continuam sendo constituídas sem uma discussão mais ampla sobre as necessidades dos atores. Ações importantes derivam ou se fortalecem a partir dessa concepção. O FIES e o ProUni são exemplo dessas ações que geram resultados no combate à evasão. Porém, elas por si só não são suficientes para ajudar na permanência do aluno no sistema.

De modo geral, o que constatei como fator interveniente mais relevante no combate à evasão foi o ProUni, destacando esse Programa como eficiente no sentido de conseguir manter os alunos no sistema. Por outro lado o FIES, assim como outras formas de ajuda financeira ou bolsas, também contribuiu para a redução da evasão, principalmente em Instituições de Ensino Superior privadas. O ProUni e o FIES atuam diretamente na dificuldade de o aluno permanecer no Ensino Superior, por se relacionar com a solução de problemas econômicos e sociais. Para as licenciaturas existem programas como ProDocência, buscando favorecer a integração entre Educação Superior e Básica, porém, grande parte das políticas públicas não faz distinção entre licenciaturas e os demais cursos de graduação. A instituição pesquisada tem implantado um Programa de bolsas de licenciatura ofertando um desconto de 50% para alunos matriculados nesses cursos. A opção por políticas de abrangência nacional mostra que as particularidades de cada curso, área, instituição ou mesmo região, não são consideradas. Ainda que a evasão seja um problema recorrente na educação brasileira, também se constitui como um processo presente em outras realidades.

A realidade da educação no Ensino Médio se apresenta nas dificuldades de entendimento dos estudantes níveis de base de conhecimento para o ingresso no Ensino Superior. Com isso, é importante estabelecer um conjunto de políticas que possam

integrar os diferentes níveis do sistema educacional e não constituir um conjunto de políticas fragmentadas.

Deixo alguns questionamentos com enfoque na evasão. É suficiente adotar uma política de acesso ao sistema educacional sem relacioná-la a uma política de permanência? Políticas públicas educacionais constituídas de forma homogeneizadas têm potencial de sucesso limitado? A construção das políticas públicas leva em consideração a constituição do perfil dos estudantes evadidos? As políticas públicas educacionais precisam ser integradas a outras políticas públicas como a área social? As políticas públicas educacionais rompem com as barreiras entre a educação pública e a privada?

Referências

AAKER, D. A; KUMAR, V; DAY, G. S. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BALL, S. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. Currículo sem fronteiras. v. 6, n. 2, p. 10-32, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL/MEC/SESU. Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, 1996/97. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.

CORRAR; L. J; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada: para cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, abr. 2003.

DIAS SOBRINHO, J.; BRITO, M. R. F. La educación superior em Brasil: principales tendencias y desafios. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, Campinas, v. 13, n. 2, p. 487-507, jul. 2008.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior nos anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Ações afirmativas na Educação Superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Revista Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, RS, v. 19, n. 2, p. 70, 2007.

LESSARD, C. Pesquisa e Políticas Educativas. In: ZANTEN, Agnès Van (org.). **Dicionário de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

MAUÉS, O. **A educação superior no Plano Nacional de Educação, 2011-2020**: a proposta do executivo. 33ª reunião anual da ANPEd, GT11, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj/GT11-117%20int.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2011.

MEC/Secretaria da Educação. **Fracasso escolar no Brasil**: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.porlainclusion.educ.ar/documentos/Brasil.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2011.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais**: terreno de contestação. Porto: Porto Editora, Portugal, 2000.

RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. **Escassez de professores no ensino médio**: propostas estruturais e emergenciais. Relatório produzido pela comissão especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente do ensino médio (CNE/CBE), Brasília, 2007.

SEGRERA, Francisco López. Tendencias de la educación superior en el mundo y en América Latina y el Caribe. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, Campinas, v.13, n. 2, p. 267-291, julho 2008.

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Editora Cortez, 2011. p. 222-248.